

**LEI MUNICIPAL Nº. 670<sup>1</sup>, 1º DE DEZEMBRO DE 2025.**  
AUTOR: PODER EXECUTIVO | PREFEITO ALBERTO DUARTE DE SOUSA.

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O  
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026 DO MUNICÍPIO  
DE SANTA CRUZ E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ**, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 66 da Lei Orgânica do Município, faço saber que a vontade soberana do Povo, pelos seus representantes na Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE** e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do orçamento geral desse município para o exercício financeiro de 2026 no valor de **R\$ 82.504.406,00** (*Oitenta e Dois Milhões, Quinhentos e Quatro Mil e Quatrocentos e Seis Reais*).

**Art. 2º** - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital na forma da legislação em vigor conforme especificações constantes no anexo 2, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964.

<b>I - RECEITAS CORRENTES</b>	<b>R\$.. 71.218.963,00</b>
1.1 - RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$ ..... 3.385.198,00
1.2 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	R\$ ..... 1.308.785,00
1.3 - RECEITA PATRIMONIAL	R\$ ..... 1.135.716,00
1.4 - RECEITA INDUSTRIAL	R\$ .....
1.5 - RECEITA DE SERVIÇOS	R\$ ..... 237.241,00
1.6 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$ ..... 58.339.996,00
1.7 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ ..... 6.812.027,00
<b>II - RECEITAS CORRENTES – (Intra-Orçamentaria)</b>	<b>R\$... 4.880.784,00</b>
2.1 - CONTRIBUIÇÕES – (Intra-Orçamentária)	R\$ ..... 4.880.784,00
2.2 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES – (Intra-Orçamentária)	R\$ .....
<b>III - RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 12.932.559,00</b>
3.1 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	R\$ .....
3.2 - ALIENAÇÕES DE BENS	R\$ ..... 175.000,00
3.3 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉTIMOS	R\$ .....
3.4 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R\$ .. 12.757.559,00

**DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE** ..... **R\$ ( - ) 6.527.900,00**

**TOTAL DA RECEITA** ..... **R\$. 82.504.406,00**

**Art. 3º** - A despesa será realizada na forma dos quadros analíticos constantes dos anexos desta Lei, conforme discriminação abaixo:

**I – DESPESA POR ORGÃOS DE GOVERNO**

**- PODER LEGISLATIVO**

10.01- CÂMARA MUNICIPAL ..... **R\$ ..... 2.373.038,00**





2 - **PODER EXECUTIVO**

20.02	- GABINETE DO PREFEITO .....	R\$ .....	1.696.111,00
20.03	- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO .....	R\$ .....	1.570.009,00
20.04	- SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEFIN .....	R\$ .....	3.982.581,00
20.05	- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA .....	R\$ .....	3.262.527,00
20.06	- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .....	R\$ ..	21.323.473,00
20.07	- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE .....	R\$ ..	4.600.680,00
20.08	- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	R\$ ..	1.481.141,00
20.09	- SECRETARIA DE SERVIÇOS URB.E MEIO AMBIENTE .....	R\$ ..	10.374.725,00
20.10	- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE .....	R\$ ..	14.961.918,00
20.11	- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO .....	R\$ ..	1.147.853,00
20.12	- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	R\$ ..	3.227.306,00
20.14	- SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO .....	R\$ ..	241.121,00
20.15	- SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, JUVENTUDE E IDOSO ..	R\$ ..	184.160,00
20.16	- SEC. MUNICIPAL DE CULTURA .....	R\$ ..	1.433.106,00
20.17	- SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO .....	R\$ ..	1.666.067,00
20.19	- FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....	R\$ ..	575.957,00
20.20	- CGM - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO .....	R\$ ..	256.004,00
20.21	- FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA .....	R\$ ..	69.644,00
20.22	- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEPLAN .....	R\$ ..	414.313,00
3	- <b>INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA</b>		
30.01	- IPESC - INST. DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DE SANTA CRUZ .....	R\$ ..	7.650.278,00

**SUB TOTAL** ..... R\$ ..82.492.012,00

RESERVA DE CONTIGÊNCIA ..... R\$ ..... 12.394,00

RESERVA DE CONTIGÊNCIA (Instituto de Previdência Própria) ..... R\$ .....

**TOTAL DA DESPESA** ..... R\$ ..82.504.406,00

**II - DESPESAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO**

01	- LEGISLATIVA .....	R\$ .....	2.373.038,00
04	- ADMINISTRAÇÃO .....	R\$ .....	9.066.871,00
08	- ASSISTENCIA SOCIAL .....	R\$ .....	5.538.208,00
09	- PREVIDÊNCIA SOCIAL .....	R\$ .....	7.650.278,00
10	- SAÚDE .....	R\$ ..	19.126.065,00
12	- EDUCAÇÃO .....	R\$ ..	21.702.228,00
13	- CULTURA .....	R\$ ..	1.054.351,00
15	- URBANISMO .....	R\$ ..	6.921.863,00
16	- HABITAÇÃO .....	R\$ ..	1.223.203,00
17	- SANEAMENTO .....	R\$ ..	1.637.307,00
18	- GESTÃO AMBIENTAL .....	R\$ ..	1.725.663,00
20	- AGRICULTURA .....	R\$ ..	662.265,00
24	- COMUNICAÇÕES .....	R\$ ..	241.121,00
25	- ENERGIA .....	R\$ ..	477.251,00
26	- TRANSPORTE .....	R\$ ..	1.426.233,00
27	- DESPORTO E LAZER .....	R\$ ..	1.666.067,00

**SUB TOTAL** ..... R\$ ..82.492.012,00

RESERVA DE CONTIGÊNCIA ..... R\$ ..... 12.394,00

*[Assinatura]*



RESERVA DE CONTIGÊNCIA (Instituto de Previdência Própria) .....R\$ .....

TOTAL DA DESPESA .....R\$. 82.504.406,00

**Art. 4º** - Durante a execução orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a:

**I** - Abrir Créditos Suplementares até o limite de 50% (cinquenta) por cento, bem assim, para operação de crédito por antecipação de receita orçamentária até o limite de 15% (quinze) por cento da receita prevista, nos termos do art. 7º, da Lei nº 4.320/64.

**II** - Autorização definida neste artigo está limitada a 50% (cinquenta por cento) do total da despesa aprovada na Lei Orçamentária Anual e em créditos adicionais:

A transposição, transferência e o remanejamento são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais.

Para efeito da Lei Orçamentária entende-se:

**a)** - Transposição - São realocações no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão.

**b)** - Transferência - são locações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

**c)** - Remanejamento - São realocações na organização de um ente público, com destinação de recursos de um órgão para outro.

**Art. 5º** - Para atender a abertura de créditos suplementares, fica o Poder Executivo igualmente autorizado a utilizar os recursos previstos nos incisos I, II, III, parágrafo 1º, art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2026.

*Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Santa Cruz, Estado da Paraíba, em 1º de dezembro de 2025.*

  
**ALBERTO DUARTE DE SOUSA**  
PREFEITO

*(Originária do Projeto de Lei Municipal Nº 018/2025 <sup>1</sup>*